

SINTAXE: ONTEM E HOJE

Marcos Gustavo Richter*

É um fato incontroverso que os estudos da linguagem, na Antigüidade, nascem como parte da filosofia. Não há dúvidas, também, de que a análise gramatical, esboçando-se gradativamente sobre este fundo filosófico, apóia-se de início no conceito de palavra.

Há motivos de ordem histórica e semiótica para que isso tenha ocorrido. O período pré-filosófico da Grécia antiga, também conhecido por período homérico, apresenta instituições políticas extremamente primitivas e fracas. Em geral vigorava antes o costume que a lei, e os gregos homéricos não concebiam o governo como uma força indispensável à preservação da normalidade social.¹ Na ausência, portanto, de conflitos pelo poder, não apenas o grego homérico desconhecia a separação entre linguagem e pensamento, como também pressupunha um isomorfismo representação-mundo. Ou seja, o signo se lhe afigura inocente, transparente.

Mas pouco tempo depois essa situação irá mudar. A agregação das aldeias homéricas em unidades políticas maiores, por motivos de segurança, dá origem às cidades-estados, inicialmente governadas por reis. A lei passa a prevalecer sobre o costume, e a consciência grega começa a especular acerca de uma Lei que dá unidade ao mundo humano. Num segundo movimento, a monarquia cede lugar às oligarquias, que empossavam conselhos administrativos por elas manobrados. Surge o descontentamento

* Professor do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Santa Maria.

¹ BURNS, E. McN. *História da Civilização Ocidental*. Porto Alegre: Globo, 1978, vol. 1.

com esse despotismo e nascem finalmente as democracias.

Mas o que nos interessa mais de perto é a conjunção entre a idéia de uma Lei, ou princípio de permanência, de estabilidade, e seu oposto, a instabilidade das instituições, aliada à possibilidade de manipular através do discurso. Momento especial esse na história da Grécia antiga, ele acarretará a passagem da consciência mítica para a consciência filosófica, via espanto diante do mundo.² Esse “espanto” na verdade nada mais é que a consciência da incongruência representação-mundo, isto é, a constatação da falseabilidade da representação.

O estranhamento que leva à intuição incipiente da relação sêmica pode ser avaliado sob uma perspectiva semiótica. O signo, na medida em que paradoxalmente manifesta a presença de algo ausente, incorpora em seu funcionamento a mentira virtual.³ Além disso, enquanto os seres referidos surgem, alteram-se, deterioram e morrem, o signo apresenta uma estabilidade a toda prova.

Claro que estes paradoxos mereceriam uma explicação. E assim nasce a filosofia grega com a discussão do problema da permanência e da mudança. Parmênides afirma que a mudança é ilusão e que a permanência é real. Em relação ao discurso, postula a primazia do Sendo diante do Vir-a-ser.⁴ Desta forma, só se pode nomear o que existe. Nomear o que não existe implica a produção de um discurso distante da Verdade, portanto, falso. Não há espaço para tratarmos das opiniões divergentes das do Eleata.

É importante notar que o problema básico enfrentado pelos filósofos da Antigüidade gira em torno da adequação palavra-estados de mundo. O problema da caducidade das coisas e da indestrutibilidade do signo põe, como vimos, sérias restrições à absorção do mundo pela linguagem. Os sofistas e logo a seguir Platão discutem a questão da motivação e da arbitrariedade do signo verbal. Cremos que esta questão, assim como a anterior, brota de um contexto político no qual tenta-se resolver o impasse causado pela possibilidade simultânea de apresentar na linguagem os fatos tais como são e de usar este mesmo instrumento para modificar ou manipular instituições e opiniões.

Novas escavações filosóficas destinadas a extrair “a verdade” da linguagem a todo custo nos levam aos estóicos, criadores, entre outras coisas importantes, da Etimologia. Por fim, com a decadência literária,

² MARÍAS, J. *História da Filosofia*. Porto: Souza e Almeida, 1973.

³ ECO, U. *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

⁴ Vários Autores. *Os Pré-Socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

os estudos gramaticais tornam-se basicamente filológicos, e estudam-se extensivamente as partes do discurso, isto é, as classes de vocábulos conforme o papel que exercem na organização do pensamento.

De qualquer forma, na Antigüidade não se conhece ainda a Sintaxe tal como a concebemos. É mais exato afirmar que a preocupação com o vocábulo reduz os estudos gramaticais essencialmente à Morfologia.⁵ O panorama não mudará na Idade Média, exceção feita a alguns reparos na classificação das palavras e uma importante distinção feita entre concordância, regência e aposição.⁶

Para chegarmos realmente ao alvorecer dos estudos da Sintaxe, devemos nos reportar à segunda metade do século XVII. Como ocorre na passagem do pensamento mítico para o filosófico na Grécia, este será novamente um período decisivo na história do pensamento ocidental.

O Século das Luzes, dentro de uma história semiótica da cultura ocidental, caracteriza-se pelo descrédito à função designativa do signo. Usar o signo implica mentir; perceber as coisas sem a mediação do signo é aproximar-se da verdade.⁷ A linguagem torna-se, numa primeira etapa, um corpo estranho no bojo da cultura para, em seguida, converte-se em objeto. No momento em que a linguagem se torna objeto e é passível de ser estudada sem “o mundo” que lhe corresponde, não apenas viabiliza-se verdadeiramente uma metalinguagem em seu legítimo sentido, como também emerge uma heurística das relações intrínsecas aos elementos que compõem a língua. Na passagem do século XVIII para o século XIX, os estudiosos europeus já estão analisando as formas das línguas para se ter uma idéia precisa dessas relações.⁸ Inaugura-se a fase propriamente científica dos estudos lingüísticos com o Comparativismo, tendo Bopp e Diez por expontes dessa fase.

O estudo científico da linguagem, como vemos, inicia-se diacrônico. Também este fato não é gratuito. Coincide com a ascensão do pensamento burguês na Europa, e reflete, ideologicamente falando, as preocupações das novas classes dirigentes com suas origens, principalmente no tocante às línguas nacionais, com as quais estas classes buscam identificação, via

⁵ Não obstante, uma “sintaxe” que consiste em estabelecer algumas generalidades sobre as possibilidades combinatórias das palavras, p. ex. concordância e transitividade, já havia sido desenvolvida no séc. II por Apolônio Díscolo (cf. Lobato, M. L. P. *Sintaxe Gerativa do Português: da Teoria Padrão à Teoria da Regência e Ligaçao*. Belo Horizonte: Vigília, 1986).

⁶ BORBA, F. S. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1975.

⁷ LOTMAN, I. *Semiotica de la Cultura*. Madrid: Cátedra, 1979.

⁸ BORBA, F. S. *Introdução aos Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

nacionalismo. (Lembremos do fortalecimento do Estado na ascensão da burguesia. Esta nova classe tem no Estado sua instituição de amparo por excelência.)

Mas o Comparativismo, mesmo com suas preocupações relacionais, atomizava os fatos da língua, de forma que se perdia de vista o feixe de relações entre os elementos no interior de uma mesma língua. O novo objeto da lingüística, que acarreta igualmente uma mudança nas indagações de natureza sintática, passa a ser a língua enquanto totalidade coerente e autônoma. Saussure fornece as bases sistemáticas e objetivas do *Estruturalismo*, no início deste século. E pode-se afirmar que somente a partir de Saussure é verdadeiramente lícito falar-se em estudos sintáticos.

O Estruturalismo dominou os estudos lingüísticos durante aproximadamente meio século. Na verdade, houve vários estruturalismos: a escola de Praga, o mecanicismo de Bloomfield, a glossemática de Tesnière, o distribucionalismo de Harris, o funcionalismo de Martinet, entre outros. Todos compartilham alguns pressupostos: interdependência sistêmica dos elementos da língua, preocupação com descrição e não com valorização, primazia do oral sobre o escrito, exclusão da *parole*.

Destacamos este último ponto porque o papel desempenhado pela *parole* saussuriana representa um importante divisor de águas dos estudos lingüísticos recentes. Tanto que o Gerativismo de Chomsky, não obstante chegar a inverter a postura epistemológica de seus antecessores, ainda procura recortar somente os fatos compartilhados por todos os indivíduos da comunidade lingüística, a saber, a *langue*. Com isso, o vício heurístico saussuriano será descartado com notável atraso: teremos de esperar pela inauguração da *Lingüística Textual*, em que finalmente, nos anos 70, Ducrot e Pêcheux, entre outros, passarão a se preocupar com a enunciação, abolindo o pressuposto da dicotomia *langue/parole* para o estudo das relações sincrônicas da língua. A lingüística entra assim numa fase decididamente nova.⁹

Voltemos novamente ao *Gerativismo* chomskyano. Além da característica antes apontada (delimitação à *langue*), o Gerativismo compartilha ainda outras duas com o Estruturalismo que o antecedeu. Primeiro, o caráter explícito. É explícita toda descrição de línguas cujos conceitos elementares não impliquem o conhecimento prévio da língua

⁹ Não negamos aqui a importância da mudança de enfoque da frase para o texto, em meados dos anos 60. Mas devemos lembrar que mesmo este deslocamento configura de início uma tentativa de entender o "sistêmico" da língua do domínio frástico para o transfrástico. (cf. FÁVERO, L. L. e KOCH, I. G. V. *Lingüística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez, 1983).

descrita ou da linguagem. Segundo, a subalternidade e mesmo a abolição da semântica na teoria lingüística.

Mas, enquanto o Estruturalismo estuda as relações sintáticas no âmbito de um corpus, aceitando dessa forma um poder de generalização limitado em nome do rigor científico, o Gerativismo defende que uma língua é algo totalmente diferente de um corpus. Prova disso é o fato de que uma gramática não se aplica a um número finito de enunciados, mas *infinito*, acompanhando assim a competência *real* dos falantes. Além disso, uma teoria lingüística deste tipo ultrapassaria uma fase inicial de descrição para atingir a fase de explicação, satisfazendo ao requisito científico de capacidade preditiva.

Chomsky e seus colaboradores reelaboraram continuamente o modelo Gerativo-Transformacional. Em 1957, não havia lugar para a semântica. Em 1965, com o Modelo Padrão, a teoria sintática incorpora um componente semântico de natureza interpretativa. Doravante, apesar de dissidências, Chomsky defenderá sempre o caráter *interpretativo* da semântica. O Modelo Padrão aceita a interpretação semântica somente na Estrutura Profunda. Já em 1970, com o Modelo Padrão Estendido, certos aspectos da Estrutura Superficial também são passíveis de interpretação. Nessa época, surge também a Sintaxe X, que relaciona Nome, Verbo, Adjetivo e Preposição de acordo com os traços +/- N ou +/-V. Na fase de 75-77, a teoria incorpora definitivamente a noção de *vestigio*, levando o componente semântico a atuar somente na *superfície* (Estrutura S). E finalmente, na versão 81-82, a teoria de Chomsky deixa de ser um sistema de regras para ser um sistema de princípios. Nesta versão, só existe um tipo de movimento de sintagmas: Deslocamento de α que poderá ser de substituição ou de adjunção.

No entanto, a competência dos falantes é igualmente uma competência textual, incorporando saberes de natureza *macrossintática*, *macrossemântica* e *pragmática*. Reconhece-se, em meados dos anos 60, que a forma específica de manifestação da linguagem é o texto.¹⁰ Havia diversos motivos para essa mudança de objeto. Entre as mais importantes, podemos citar: a importância da distinção tema/remã, que envolve um contexto mais amplo que o da sentença; as questões da correferência e da pressuposição, com a mesma implicação; a seleção e recorrência de tempos verbais na mensagem total, impossível de ser explicada somente em termos de frase; o uso das

¹⁰ Embora Harris, extemporaneamente, tenha postulado que a análise distribucional de constituintes devia estender-se para além dos limites da frase, atingindo o que denominava "alocuições conectadas".

conjunções e outras partículas denominadas operadores argumentativos, cujo âmbito é, ele também, mais elástico que o da frase.

A primeira preocupação da Lingüística Textual delimita-se ainda a regularidades atinentes à conexão estrita entre frases. A conseqüência disso foi uma ênfase dada de início principalmente a questões de *correferência* e *conjunção*. Numa etapa posterior, o novo objeto recorta-se definitivamente com o estudo da textualidade com Dressler, van Dijk, entre outros.

Mas, como já havíamos mencionado, o grande salto qualitativo será aquele que abala seriamente a dicotomia *langue/parole*, alicerce fundamental da lingüística contemporânea. Bakhtin pode ser considerado o precursor dessa reformulação, assinalando que todo ato de linguagem, até mesmo um simples vocábulo, é dialógico e incorpora fatores ligados à própria produção da mensagem. Austin e Searle formalizaram a teoria dos Atos de Fala, cujos conceitos teóricos extrapolam a materialidade da língua em direção a fatores de enunciação. E Benveniste, estudando os pronomes pessoais, mostra que a enunciação acha-se necessariamente inscrita no enunciado.

Porém, o passo decisivo será dado por Ducrot e Pêcheux, com cujas contribuições declinou dramaticamente o pressuposto do “sujeito uno” na linguagem. Certos componentes da descrição sintática como o aspecto, os operadores argumentativos, as construções impessoalizadoras e os quantificadores indefinidos aparecem melhor explicados na teoria polifônica da enunciação de Ducrot, fazendo-se a distinção entre Locutor e Enunciador (es) e mostrando que determinados traços sintáticos implicam efeitos de sentido dissociadores da voz do Locutor da voz de terceiros. E em Pêcheux a subversão teórica torna-se mais radical. O sujeito não passa de um entre diversos *lugares* determinados na estrutura de uma formação social. Tais lugares associam-se, por sua vez, a feixes de traços objetivamente determináveis na linguagem, as *formações discursivas*.¹¹ Neste ponto, a sintaxe passa a espelhar o que está no sistema lingüístico e fora dele. Diz Koch, na esteira de Ducrot, que “não há contexto sem texto”.¹² E a recíproca é verdadeira.

¹¹ MARTINS, E. J. *Enunciação e Diálogo*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990.

¹² KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.